

# ALTERNÂNCIA IDEOLÓGICA NA ECONOMIA: O CASO DA TEORIA DA POLÍTICA ECONÔMICA



Revista  
**Desafios**

Artigo Original  
Original Article  
Artículo Original

*Ideological alternance in economics: the case of the theory of economic policy*

*Alternancia ideológica en la economía: el caso de la teoría de la política económica*

Rafael Galvão de Almeida\*<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Doutor em economia, Universidade Federal de Minas Gerais.

\*Correspondência: Rua São Paulo, 87, Mogi das Cruzes, São Paulo, Brasil. CEP:08715-270. e-mail [rga1605@gmail.com](mailto:rga1605@gmail.com).

Artigo recebido em 28/05/2021 aprovado em 14/10/2021 publicado em 26/10/2021.

## RESUMO

No período que se seguiu à Grande Depressão nos anos 1930, economistas desenvolveram técnicas de planejamento e uma teoria de política econômica a fim de encontrar o melhor nível de intervenção estatal na economia. Isso ocorreu em resposta à crise da teoria econômica. Nos anos 1970, houve uma nova crise, que causou a inversão de posição dos economistas. A partir dessa época economistas passaram a favorecer mercados livres. Assim, o objetivo desse artigo é entender como esse processo ocorreu, utilizando a ascensão e queda da teoria da política econômica como exemplo da mudança das preferências dos economistas. Analisando-se alguns dos principais textos de teoria de política econômica, incluindo literatura secundária, encontra-se que, de 1930 a 1970, a economia favoreceu intervencionismo porque o paradigma do modelo de equilíbrio geral dava espaço à ideia de que o ótimo social poderia ser alcançado através da ação econômica estatal. Após esse período, críticas de economia política e de expectativas racionais lançaram dúvidas sobre a capacidade de intervenção estatal. Por fim, o artigo conclui que é incerto afirmar se haverá novamente grandes mudanças como as que foram discutidas no artigo e que as teorias econômicas se adaptam: a teoria da política econômica se adaptou às críticas de economia política e expectativas racionais.

**Palavras-chave:** teoria da política econômica; planejamento econômico; liberalismo.

## ABSTRACT

*In the period following the Great Depression in the 1930s, economists developed planning techniques and a theory of economic policy in order to find the best level of state intervention in the economy. This happened in response to the crisis of economics. In the 1970s, there was a new crisis, which made economists invert their position. From this time on, economists went on the support free markets. Thus, the objective of this article is to understand how this process occurs, using the rise and fall of the theory of economic policy as an example of how the economists' preferences change. Analyzing a few of the main texts on the theory of economic policy, including secondary literature, we find that, from the 1930s to the 1970s, economics favored interventionism because the general equilibrium paradigm gave space to the idea that the social optimum could be achieved through economic government action. After this period, critiques of political economy and rational expectations raised doubts on the capacity of state intervention. Lastly, the article concludes that it is uncertain if new great changes will happen, such as the ones discussed in the article, and that economic theories adapt: the theory of economic policy adapted to the critiques of political economy and rational expectations.*

**Keywords:** theory of economic policy; economic planning; liberalism.

## RESUMEN

En el periodo posterior a la Gran Depresión de los años 30, los economistas desarrollaron técnicas de planificación y una teoría de la política económica para encontrar el mejor nivel de intervención estatal en la economía. Esto ocurrió en respuesta a la crisis de la teoría económica. En los años setenta, se produjo una nueva crisis que hizo que los economistas invirtieran sus posiciones. A partir de entonces, los economistas comenzaron a favorecer el libre mercado. Así, el objetivo de este artículo es comprender cómo se ocurre este proceso, utilizando el auge y la caída de la teoría de la política económica como ejemplo del cambio en las preferencias de los economistas. Analizando algunos de los principales textos de la teoría de la política económica, incluyendo la literatura secundaria, se encuentra que, desde 1930 hasta 1970, la economía favoreció el intervencionismo porque el paradigma del modelo de equilibrio general dio cabida a la idea de que el óptimo social podía alcanzarse mediante la acción económica del Estado. Tras este periodo, las críticas de la economía política y las expectativas racionales colocaron en duda la capacidad de intervención del Estado. Por último, el artículo concluye que es incierto que vuelvan a producirse cambios importantes como los que se comentan en el artículo y que las teorías económicas se adaptan: la teoría de la política económica se ha adaptado a las críticas de la economía política y las expectativas racionales.

**Descriptor:** teoría de la política económica; planeamiento económico; liberalismo.

## INTRODUÇÃO

A economia e a política pública têm uma relação íntima desde o estabelecimento da economia política clássica. A atitude atual em relação à intervenção estatal na economia não é positiva, porém:

Em um artigo publicado no *New York Times* pouco antes da crise financeira explodir, algumas entrevistas com economistas eminentes implicaram que as regras em favor de ‘mercados livres’ se tornaram normas sociais. O professor de Princeton Alan Blinder declarou que ‘qualquer um que diz algo que soe obliquamente hostil ao livre comércio é tratado como um apóstata’. David Card, um professor de Berkeley, disse ‘Você perde seu certificado de economista se você não disser que qualquer regulação de preços é ruim e o livre comércio é bom. (DEQUECH, 2017, p. 1638-1639).

O estereótipo do economista é de alguém que apoia o mercado livre, que acredita que os problemas irão se resolver eventualmente por meio do equilíbrio de oferta e demanda (KLEIN; STERN, 2007). O grande exemplo é demonstrado pelo dito de Margaret Thatcher: “Não há alternativa<sup>1</sup>”. A evidência empírica demonstra que houve um aumento consistente do viés

pró-mercado da pesquisa acadêmica de 1960 até 2000 (DAS *et al*, 2019). Porém, nem sempre foi assim. Na década de 1940, E. Durbin (1949, p. 41) escreveu que “somos todos planejadores agora”; Alvin Hansen (1947, p. 14) anunciou a morte do individualismo; e Seymour Harris (1949, 15) escreveu que a mão invisível abandonou seus seguidores na hora que eles mais precisavam. Frank Knight escreveu em 1933: “Não podemos voltar ao *laissez-faire* na economia, nem mesmo [nos Estados Unidos]...Agora um sistema controlado me parece inevitável” (in Burgin, 2012, p. 4). George Stigler (1959, p. 522) reclamou do conservadorismo dos economistas em política, por não prestarem a devida atenção a empreendedores, focando-se nos burocratas apenas.

Para um economista moderno, a ideia de que o mercado livre costumava ser uma ideia heterodoxa pode parecer estranha. Em contraste, escrevendo na década de 1950, Jan Tinbergen (1956, p. 6, ênfase adicionada) foi direto em sua abordagem: “a política economia consiste de *manipulação deliberada* de um

<sup>1</sup> “Esse é o mantra cantado pelos *dries* durante o governo de Margaret Thatcher, pelo qual eles demonstravam sua crença de que o capitalismo de mercado livre era a única teoria econômica possível. Era dito tão regularmente entre eles que

foi abreviado para TINA [em inglês, *There is no alternative.*] Fonte: <https://www.phrases.org.uk/meanings/376000.html>.

número de meios a fim de obter certos fins”. O que causou essa mudança?

O objetivo primário desse artigo é recontar como essa mudança ocorreu no tempo. Portanto se foca na ascensão e queda da teoria da política econômica. Esse artigo tem quatro seções além dessa introdução: a seção 1 explora a fonte das transformações na economia durante a década de 1930, o que levou ao desenvolvimento da lógica intervencionista; a seção 2 disserta sobre a teoria da política econômica, elaborada na Europa Setentrional por autores como Jan Tinbergen e Ragnar Frisch; a seção 3 é sobre como as ideias liberais e de mercado livre ressurgiram na década de 1970 com a teoria da escolha pública e expectativas racionais, juntamente com críticas de economia política, representadas pelo teorema da impossibilidade de Arrow, teoria da escolha pública e ciclos político-econômicos; a seção 4 conclui, ponderando sobre a possibilidade de que a teoria econômica pode ou não ser influenciada por tendências.

## 1. A ECONOMIA NA DÉCADA DE 1930

O *crash* de 1929 foi fundamental para mudar a economia. Ele iniciou a Grande Depressão, que praticamente afundou a economia do mundo inteiro, deixando milhões desempregados, parou o comércio mundial e levou a uma piora das condições sociais, o que é conectado com a ascensão do fascismo e do nazismo em vários países. A teoria economia não ficou passiva em relação a isso. O fracasso da maioria dos economistas em prever o *crash* de 1929 fez com que eles repensassem sua função. A economia passou por uma crise de identidade. Era difícil caracterizar a economia do entreguerra de uma forma convincente (MORGAN; RUTHERFORD, 1998).

Devemos notar que a função econômica do Estado estava em mudança. Tal processo se iniciou com a formação dos estados-nação modernos,

traduzindo-se em um crescimento sem precedentes do setor público em meados do século XX. Tanzi (2011) atribuiu essa mudança à obsolescência do artesanato, que introduziu desemprego involuntário; temendo que esses trabalhadores pudessem causar problemas, muitos governos criaram uma rede de segurança, por meio de programas de aposentadoria e auxílio-desemprego. Esse processo iria se intensificar após a Segunda Guerra Mundial, após os programas sociais das nações aliadas compensarem os soldados que lutaram nela (e assim fazendo com que a burocracia crescesse para lidar com esse aumento), o que levou a um aumento de impostos; adicionalmente, Tanzi argumentou que o sufrágio universal se traduziu em maiores demandas políticas pela população mais carente, o que aumentou novamente as transferências. Deve ser notado que Tanzi tinha em mente países ocidentais desenvolvidos, mas algo semelhante ocorreu em países periféricos. Essas mudanças na forma de conduzir política também se refletiram em mudanças na forma que a teoria econômica evoluiu.

### 1.1. A IMPORTÂNCIA DE KEYNES

John Maynard Keynes é reconhecido como o economista que mais influenciou o intervencionismo posterior (BURGIN, 2012). Suas ideias sobre política econômica ficaram conhecidas com *As Consequências Econômicas da Paz* (KEYNES, 1920), onde Keynes criticou as reparações de guerra impostas à Alemanha, considerando-as duras demais. Ele culpou não somente o espírito vingativo do Tratado de Versalhes, mas também escolhas ruins de política pública, baseadas numa ideia *laissez-faire* de economia.

Em seu ensaio “The End of Laissez-Faire”, escrito em 1926, ele escreveu: “O mundo não é governado de cima para baixo a ponto de dizer que os interesses privados e sociais sempre coincidem” (KEYNES, 1932, p. 287). Assim, ele rejeitou a premissa de que o interesse próprio é iluminado, que a

“mão invisível” automaticamente movimenta a sociedade para o melhor caminho possível e que deve ser deixada em paz pelo governo. A narrativa *laissez-faire* parece mais “natural” porque estabelece uma narrativa na qual o mercado cria riqueza automaticamente. Tal narrativa era mais forte que a dos seus oponentes, viz. protecionismo e marxismo.

Keynes criticou não somente a fundação do *laissez-faire*, mas também a atitude de seus apoiadores: “os apoiadores do Capitalismo sempre são invariavelmente conservadores e rejeitam reformas técnicas que poderiam realmente fortalecer e preservar o sistema” (KEYNES, 1932, p. 294). Keynes queria, acima de tudo, o estabelecimento de uma alternativa entre *laissez-faire* e socialismo que preservasse os direitos individuais e o espírito empreendedor, além uma distribuição de renda mais justa. O ambiente em Cambridge, sua *alma mater*, e do grupo Bloomsbury também auxiliaram o estabelecimento de uma comunidade criativa para essas novas ideias. Richard Kahn, um dos professores de Keynes, esboçou a ideia de multiplicador, quando um aumento do gasto do governo (ao construir estradas, por exemplo) melhorava a economia nacional e, assim, o estado da confiança geral de um país (KAHN, 1931). Suas ideias foram expandidas na *Teoria Geral do Juro, do Emprego e da Moeda* (KEYNES, [1936] 2010), onde Keynes propôs uma das suas ideias mais conhecidas: aumento da demanda efetiva poderia fazer com que economia voltasse ao pleno emprego.

A síntese de Hicks (1937) tornou possível um modelo capaz de combinar as ações sugeridas na *Teoria Geral* com uma base teórica para justificar a intervenção estatal cientificamente. Era uma síntese de teoria e prática, com vistas ao pleno emprego. Klein ([1949] 1966) argumentou que as reformas keynesianas não levariam ao socialismo ou à perda de direitos individuais. Além disso, as reformas eram necessárias para combater o desemprego, que era um

mal que dava vazão ao fascismo e à guerra. O planejamento, então, seria a melhor ferramenta para esse objetivo. O debate do cálculo econômico socialista validou a pesquisa de planejamento de um ponto de vista teórico.

### 1.2. DEBATE DO CÁLCULO SOCIALISTA

O debate do cálculo socialista ocorreu nas décadas de 1920 e 1930 e opôs socialistas e economistas *laissez-faire* sobre a possibilidade de uma economia socialista. Ele começou quando Ludwig von Mises argumentou que os socialistas ignoravam problemas práticos da economia. O argumento socialista que ele tinha em mente era de que o Estado socialista poderia criar uma economia sem preços, onde o Estado produziria e distribuiria produtos para todos. Mises argumentou que os socialistas ignoravam a natureza real dos preços: eles serviam como uma forma de comparar projetos alternativos. Já que recursos são limitados, os preços são usados para determinar o custo de oportunidade de projetos, o cálculo econômico. “Sem cálculo econômico, não pode haver economia” (MISES, [1920] 1990, p. 18).

Mises deu início a uma série de debates nos anos seguintes. Barbieri (2004, p. 82) cita que houve um debate tanto em alemão quanto em inglês, mas o debate em inglês foi o que teve maior amplitude. Além de atingir um público maior, o debate em inglês gravitou em relação ao equilíbrio geral. Socialistas usaram esse modelo para demonstrar que, de um ponto de vista teórico, não há diferença entre uma economia socialista e uma economia capitalista.

Esse resultado já tinha sido demonstrado por Enrico Barone ([1908] 1935), de que o Estado socialista teria a mesma função de agente produtor-consumidor no modelo de equilíbrio geral e se tornaria um “ditador benevolente”. Autores como Fred Taylor, Henry Dickinson e Oskar Lange expandiram o argumento de equivalência entre economias socialistas

e capitalistas a um nível teórico. Entre eles, Lange (1936) propôs a resposta socialista considerada definitiva. Lange argumentou que, se entendermos os preços como custos de oportunidade, preços centralmente fixos não seriam algo presente apenas em um sistema socialista. Sob a administração de um comitê de planejamento central, o governo usaria preços históricos para fixar preços numa economia socialista e instruir os gerentes das fábricas a encontrar uma combinação ótima de insumos.

Seu argumento de equivalência teórica dos sistemas econômicos foi considerado mais aplicável e rigoroso. Portanto, socialistas foram considerados “vitoriosos”. Isso significou que a manipulação de variáveis econômicas era uma forma viável de intervir na economia, tanto para uma sociedade capitalista quanto uma comunista. Bockmann (2013) demonstrou que o ensino de economia, baseado no paradigma de equilíbrio geral, era quase idêntico tanto no Oeste quanto na Cortina de Ferro. Em outras palavras, teoria econômica e ferramentas quantitativas convergiam em ambientes ideológicos diferentes.

### 1.3. MÉTODOS QUANTITATIVOS

A ascensão da econometria, da análise insumo-produto, entre outros, foi também importante para o estabelecimento de uma economia intervencionista. A maioria desses avanços em métodos quantitativos estavam relacionados com a estatística e teriam uso posterior na formulação de políticas. A estatística nasceu como uma ferramenta para auxiliar políticas públicas (DUARTE, 2011, p. 230). Estatísticos-economistas, anteriores à econometria, defendiam que “as teorias matemáticas complexas poderiam, de fato, dar conteúdo empírico substantivo para resultados concretos de política social” (EPSTEIN, 1987, p. 13).

A fundação do *National Bureau of Economic Research* (NBER) por Wesley Mitchell na década de

1920 levou à fundação de organizações similares ao redor do mundo. Ele inaugurou uma era em que a compilação de dados estatísticos era um objetivo importante dos economistas. Dados estatísticos, monetários, socioeconômicos e financeiros estavam sendo construídos e disponibilizados para pesquisadores, graças a Mitchell e seus associados institucionalistas (RUTHERFORD, 2003, p. 366). Os institucionalistas estavam mais interessados em reunir dados ao invés de testar teorias econômicas, porém, que seria a preocupação dos primeiros econometristas (MORGAN, 1990, p. 45).

Os fundadores da econometria viram uma oportunidade de usar os dados disponíveis. Dois dos mais importantes fundadores foram Ragnar Frisch e Jan Tinbergen. Ambos receberam o prêmio Nobel memorial de economia em 1969 por suas contribuições ao estabelecimento da econometria.

Frisch foi um dos “pais fundadores” da *Econometric Society* (LOUÇÃ, 2007, p. 9-25). Hoover (2012, p. 20) credita ele por introduzir os termos ‘econometria’, ‘microeconomia’ e ‘macroeconomia’ da forma que entendemos, sendo a economia uma “física social”. Enquanto isso, Tinbergen era um físico de formação – tendo Paul Ehrenfest, um dos pioneiros da física quântica, como seu orientador – e começou a estudar economia para combater os problemas de pobreza e desemprego, pensando que seria mais útil à sociedade como um economista do que um físico (MAGNUS; MORGAN, 1987).

Vale notar que alguns dos fundadores da econometria foram motivados por suas ideologias. Tinbergen tinha motivações políticas para estudar métodos quantitativos e ele foi associado por anos com partidos socialistas holandeses. Frisch também tinha conexões com partidos socialistas noruegueses (MAGNUS; MORGAN, 1987; ALBERTS, 1994; BJERVE, 1999; LOUÇÃ, 2007).

Tinbergen também produziu dois dos mais importantes modelos econométricos primordiais. O primeiro foi o seu modelo de 1936 (TINBERGEN, [1936] 1959). Ele é considerado o primeiro modelo macroeconômico, com a intenção de influenciar a política de um país. Tinbergen desenvolveu o modelo após um pedido do órgão de economistas holandeses, numa tentativa de entender a situação ruim da economia holandesa e propor cenários de recuperação (MAGNUS; MORGAN, 1987, p. 122). Apesar de ser uma tentativa primordial, o impacto do modelo de 1936 foi pequeno. Ainda assim Tinbergen o considerou acurado o suficiente para a situação econômica (TINBERGEN, [1936] 1959, p. 45). Ele foi fundamental para criar fundações para modelos futuros, tais como o modelo de 1939 (DHAENE; BARTEN, 1989).

O modelo de 1939 foi apresentado num relatório comissionado pela Liga das Nações (TINBERGEN, 1939). Seu objetivo foi testar empiricamente teorias do ciclo econômico. Deve ser notado que, na época, não havia consenso entre os economistas sobre *que* variáveis causavam ciclos econômicos ou que deveriam ser incluídas nas estimações (BOUMANS, 2005, p. 45). Portanto, um dos objetivos da análise empírica era encontrar, pelo menos, evidência negativa de que algumas teorias estavam erradas (TINBERGEN, 1939, p. 11). O trabalho foi considerado um marco importante na história da econometria e um passo para o estabelecimento de uma ferramenta política viável (LOUÇÃ, 2007). Sem isso, o desenvolvimento da teoria de política econômica seria impossível.

## 2. TEORIA DA POLÍTICA ECONÔMICA

### 2.1. DESENVOLVIMENTOS TEÓRICOS

O *zeitgeist* permitiu o surgimento de uma teoria da política econômica (TPE). Ela foi criada no

contexto da síntese neoclássica, validada por meio dos modelos de equilíbrio geral e o uso de ferramentas econômicas na Segunda Guerra Mundial, e posta em prática por meio das ferramentas de planejamento e econometria. “A experiência do período de guerra demonstrou que, com objetivos claros, era possível transformar uma economia através do planejamento” e que isso deveria ser estendido em períodos de paz (BACKHOUSE, 2010, p. 40). Novamente, Tinbergen e Frisch foram creditados por isso. Antes deles, o trabalho teórico em política econômica era “nada mais que uma coleção de exemplos de políticas empíricas” (ACOCCELLA, 2017, p. 662).

Após a guerra, os países europeus precisavam ser reconstruídos, muitas vezes do zero. A partir desse ponto, planejamento tanto em economias capitalistas quanto socialistas se tornaria o modo padrão de fazer política econômica (KLEIN, 1947). Por isso, economistas agora tinham um papel claro na sociedade. Tanto Tanzi (2011) quanto Acoccella *et al* (2016) reconheceram que a Europa Setentrional fornecia o clima perfeito para a emergência de uma teoria da política econômica.

De acordo com Acoccella (2017), vários fatores contribuíram para isso, incluindo a abertura da Escandinávia e da Holanda às inovações teóricas de Knut Wicksell, Bertil Ohlin, Gunnar Myrdal, entre outros. A proximidade geográfica com a União Soviética permitiu a troca de técnicas de planejamento. A interação entre *experts* e formuladores de política através dos encontros *Marstrand* e da associação de economistas holandeses ajudaram a fomentar a relação entre economistas e formuladores de política.

Frisch defendeu que a política econômica poderia ser otimizada através de variáveis flexíveis (FRISCH, 1949). Ele entendia que o planejamento obedece a leis econômicas de circulação em um modelo de equilíbrio geral (FRISCH, 1934; DUPONT-KIEFFER, 2012). Ele estava ciente de

problemas, como o paradoxo de Arrow e de como a política poderia ser uma arena de conflito, mas defendeu que o planejamento científico era uma forma de conciliar preferências sociais, permitindo a políticos e *experts* cooperar para o bem nacional. O planejamento matemático pesado era uma forma de validação imparcial ao planejamento (FRISCH, 1971; LONG, 1979, p. 149).

Na Suécia, Erik Lindhal e Gunnar Myrdal agiram para estabelecer um estado de bem-estar social, com base na teoria econômica. Vellupilai (2013, p. 1331), citando Gertruda Lindhal, esposa de Erik, escreveu que o estado de bem-estar social começou na Suécia quando Ernst Wiggforss, ministro das finanças de 1933, pediu a Lindhal e Myrdal elaborar uma teoria para justificar a falta de equilíbrio da poupança, contra críticas da oposição liberal.

Na Holanda, Tinbergen viu a oportunidade de combinar sua pesquisa econométrica com aplicações políticas concretas, sendo recrutado pelo Comitê de Planejamento Central holandês. Após o fim da guerra, a Holanda estava devastada. Restaurar o equilíbrio da economia era o objetivo principal, através de controle intensivo do maquinário econômico a fim de retornar aos níveis pré-guerra (TINBERGEN, 1947). O comitê em si tinha pouca influência em decisões importantes, mas fornecia uma grande quantidade de dados e técnicas para formulação de política (HUGHES HALLET, 1988).

Em seu primeiro livro sobre o tratamento teórico da política econômica, ele propôs o conceito fundamental de que “a escolha dos instrumentos não pode ser separada dos alvos” (TINBERGEN, 1952, p. 4). O número de variáveis-alvo deve ser igual ao número de instrumentos, para que sua soma com os o

número de variáveis irrelevantes seja igual ao número de relações estruturais (TINBERGEN, 1952, p. 27).

Posteriormente, a teoria da política econômica foi importante para propor políticas de desenvolvimento e a intervenção ativa na economia seria uma forma de facilitar esse processo. Técnicas quantitativas, portanto, seriam indispensáveis do “planejamento científico” (TINBERGEN, 1967). “O propósito da pesquisa econômica é ou (a) tentar explicar um fenômeno econômico ou (b) recomendar uma política ou estrutura econômica” (TINBERGEN, 1991, p. 33).

A modificação mais importante à TPE de Tinbergen veio de seu estudante Henri Theil. De acordo com Hughes Hallet (1989, p. 198-202), Theil combinou a teoria de demanda microeconômica. Ele propôs uma forma de flexibilizar as opções de política para o governo e transformar a escolha governamental em um *tradeoff* que poderia ser maximizado. Ele introduziu a função de perda quadrática<sup>2</sup>, adaptada da engenharia (THEIL, 1966, p. 19).

## 2.2. TEORIA E IDEOLOGIA

A ideia de planejamento estava invariavelmente associada com o que pode ser considerado “esquerda política” (ACOCCELLA, 2017, 668). Devido ao fato de ter sido desenvolvida na época de Guerra Fria, o planejamento tinha potencial de se tornar um instrumento de polarização política. Tinbergen e Frisch se esforçaram para estabelecer um planejamento científico neutro, apesar de suas próprias tendências socialistas. Em outras palavras, eles tentavam dar um sentido positivo, livre de julgamentos de valor à sua pesquisa através do uso extensivo de métodos quantitativos. Assim, intervir era científico.

---

<sup>2</sup> A função de perda quadrática é representada por  $l(x, y) = h(x - \varphi)^2 + k(y - \tau)^2$ . Ela pode ser reconhecida por um estudante de macroeconomia intermediária. Ela representa a função social do governo, em que ele deve minimizar o

impacto da inflação (primeiro termo) e do desemprego (segundo termo), para maximizar o produto.

O uso de métodos quantitativos sempre foi uma forma de dispersar medos ideológicos na década de 1950. Sir Eric Roll escreveu que “por um bom tempo, qualquer discussão das formas, méritos, métodos e riscos do planejamento tendiam a ser políticos e emocionais” (ROLL, 1968, p. 55). Bockman (2013) argumentou que tanto nos Estados Unidos (durante o período McCartista) e na União Soviética (durantes os expurgos estalinistas), economistas viam nos métodos quantitativos uma forma de “escapar” da ideologia e para dispersar a atenção dos seus respectivos serviços de segurança<sup>3</sup>. Na América Latina, houve um esforço em demonstrar que as técnicas de planejamento eram neutras, para dispersar o estigma esquerdista (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 387).

Tinbergen passou por tais momentos no Comitê de Planejamento Central Holandês. Havia um conflito entre aqueles que queriam um planejamento econômico no estilo soviético (com planos anuais) e aqueles que queriam recomendações de política (HUGHES HALLET, 1989). Ele teve que reescrever “palavras carregadas emocionalmente como ‘planejamento’ e ‘Plano de Bem-Estar Nacional’, substituindo por ‘previsão organizada’ e ‘Plano Econômico Central’. Tinbergen também investiu esforços consideráveis em promover ‘a Terceira Via’, mostrando a alternativa entre planejamento nenhum e planejamento ao estilo soviético” (JOLINK, 2009, p. 395).

Deve ser notado que a *teoria* da política econômica é algo diferente das técnicas de planejamento. A propagação das técnicas de planejamento foi encorajada pelas Nações Unidas como uma forma de desenvolver países de Terceiro Mundo (e.g. UNITED NATIONS, 1963). Assim, este

costumava ser o *mainstream* de economia. Roll (1968, p. 57) escreveu que os próximos vinte anos “produzirão uma mudança tão radical na abordagem básica como houve nos últimos vinte em comparação com o período anteguerra anterior”. Ele escreveu isso em 1968. A teoria economia iria, de fato, passar por uma mudança radical, mas não na direção que ele esperava.

### 3. O RETORNO DO LIBERALISMO

#### 3.1. REORGANIZAÇÃO LIBERAL NA DÉCADA DE 1940

Como mencionado anteriormente, Keynes foi um dos mais importantes defensores da ideia que *laissez-faire* prejudicou a sociedade. Economistas, porém, não estão completamente certos do *que* causou a Grande Depressão, se falta ou excesso de intervenção anterior e como as contramedidas podem ter agravado ela ou não. Porém, a visão mais conhecida é que as contramedidas com viés *laissez-faire* eram o que White (2008) chamou de resposta “liquidacionista” à Grande Depressão<sup>4</sup>.

Novamente, a associação da crise com a visão liquidacionista e a equalização no modelo de equilíbrio geral de economias socialista e capitalista significou uma “derrota” para os liberais. Assim, eles precisavam se reorganizar. Alguns eventos foram chave nesse processo, entre eles os Colóquio Walter Lippman, em 1938, e a Sociedade Mont Pèlerin (SMP) em 1947 (BURGIN, 2012; REINHOUT; AUDIER, 2018). A SMP foi importante nessa reorganização. Na sua palestra no encontro fundador da SMP, Hayek afirmou que o objetivo da associação era “ajudar seus membros a escapar de um estado de ‘isolamento’ em seus países natais nos quais eles eram ‘forçados constantemente a

<sup>3</sup> Porém, ver Weintraub (2017) para uma crítica dessa narrativa.

<sup>4</sup> O argumento geral de White (2008) é que foi o estabelecimento de bancos centrais que causou a Grande Depressão. Portanto, tem valor apologetico do liberalismo.

defender os elementos básicos de suas crenças’.” (BURGIN, 2012, p. 125). A associação forneceu um fórum a liberais, que podiam discutir e discordar em vários tópicos<sup>5</sup>, e propor alternativas sobre como eles podiam influenciar a sociedade e melhorar o pensamento liberal. A essa encarnação resultante se dá o título de “neoliberalismo”

### 3.2. PROBLEMAS DE ECONOMIA POLÍTICA EM MODELOS ECONÔMICOS

Alguns economistas incluíram problemas políticos em seus modelos, algo que a maior parte dos pesquisadores de TPE ignoraram. Um dos resultados críticos mais importantes ao planejamento foi o teorema da impossibilidade de Arrow. Arrow ([1951] 1963) formalizou o argumento de que a escolha social poderia ser livre e racionalmente manipulada pela ordem em que as opções são apresentadas. Assim, uma função agregada de bem-estar social, necessária para determinar as quantidades ótimas que os planejadores precisam para guiar a economia a nível ótimo, é impossível.

Arrow estabeleceu quatro condições razoáveis: domínio irrestrito (escolhas sociais são únicas, estáveis e completas para qualquer conjunto de preferências individuais), monotonicidade (ordem de preferência não muda após ser alterada), independência de alternativas irrelevantes (mudanças de intensidade de preferência não interferem no resultado final, a fim de evitar incluir acidentes), soberania cidadã (a função não pode ser imposta) e não ditadura (a escolha social não pode ser baseada numa única pessoa) (ARROW [1951] 1963, p. 25-33; FERREIRA, 2015, p. 130-131).

Mesmo com essas proposições razoáveis, Arrow ([1951] 1963], p. 9) argumenta que “comparações interpessoais de utilidade não têm

significado e, de fato, não há significado relevante em fazer comparações de bem-estar ao mensurar utilidade individual”. Assim, ele conclui:

Se excluirmos a possibilidade de comparações interpessoais de utilidade, então os únicos métodos de transformar preferências individuais em preferências sociais que serão satisfatórias e que bem definidas para uma variedade ampla de conjuntos de ordenações individuais são ou impostos ou ditatoriais (ARROW, [1951] 1963, p. 59).

A ideia de que uma função de bem-estar social não pode ser construída de modo significativa faz com que a ambição de um modelo emulasse a economia real por meio de planejamento fosse colocada por baixo. O teorema, então, é um resultado matematicamente elegante e rigoroso e criou um debate sobre “escolha social”. Arrow, por si mesmo, tinha preferências socialistas (ARROW, 1978). Num posfácio à segunda edição de seu livro, ele criticou aqueles que utilizavam seu teorema para desqualificar a democracia, ao afirmar que “a racionalidade coletiva...é um atributo importante de um sistema genuinamente democrático capaz de adaptação completa a ambientes diversos” (ARROW, [1951] 1963, p. 120).

Outro grupo de críticos importante foram os teóricos da escolha pública. Muitas tradições de escolha pública estão associadas a comunidades criativas (MEDEMA, 2011): Virginia (Buchanan, Gordon Tullock, Richard Wagner), Bloomington (Vincent e Elinor Ostrom), Rochester (William Riker), Maryland (Mancur Olson), entre outros. Apesar da escolha pública englobar várias tradições, durante um bom tempo o termo foi associado com a Escola de Virgínia de Economia Política (BESLEY, 2006, p. 29; MACLEAN, 2015).

A escolha pública emergiu da aplicação do agente econômico com interesse próprio à política. A

<sup>5</sup> Em uma entrevista a Brian Doherty (1995), Friedman conta que, durante o encontro de 1947, Mises se levantou do

seu assento e disse em voz alta: “Vocês são um bando de socialistas”.

TPE não determinou um papel ao formulador de política como um agente, apenas como o executor dos planos dos economistas. Nos modelos padrão, o formulador de política agia com base no interesse público, tomando medidas para fazer com que as variáveis econômicas alcançassem o ponto ótimo calculado pelos economistas. A escolha pública contestou essa doutrina, ao afirmar que o formulador de política não era diferente de nenhum agente econômico egoísta. Pelo contrário, eram eles que faziam política econômica, não o economista por si só, e eles fazem política com o intuito de ganhar o máximo no processo. Deste ponto emergem os problemas de corrupção, *logrolling*, *rent-seeking*, entre outros. Assim, a escolha pública fica em oposição à teoria da política econômica (BOETTKE; MARCIANO, 2015).

Em um dos primeiros artigos, Buchanan (1949, p. 505) concluiu que a economia precisava de uma teoria “individualista” do governo, onde o que governo é apenas a vontade coletiva dos indivíduos e por isso não pode ser responsabilizado pela ação econômica no sentido abstrato. Downs (1957) aplicou o conceito de agente econômico para demonstrar como os cidadãos veem o governo, como uma *proxy* para criar políticas que os beneficiem, não como uma forma de expressar sua ideologia. Riker (1962) demonstrou, através de uso extensivo de teoria dos jogos, como coalizões políticas são construídas racionalmente para ganhar eleições. Buchanan e Tullock ([1962] 1999) forneceram as fundações para a economia política constitucional. E Olson (1965) forneceu um tratamento teórico dos grupos políticos e problemas de tragédia dos comuns.

Esses trabalhos são considerados fundacionais na teoria da escolha pública porque eles analisam problemas políticos de um ponto de vista econômico e, em graus variados, eles fornecem uma alternativa à TPE ao tratar políticos como qualquer outro agente econômico. No fim, para eles, as falhas de mercado

não eram um problema tão grande quanto falhas de governo (KEECH; MUNGER, 2015). Assim, durante seus anos formativos e diferente da escolha social, a escolha pública era “heterodoxa”, apesar de não ter abandonado doutrinas centrais como a escolha racional. O reconhecimento final das ideias da escolha pública veio com o prêmio Nobel memorial de James Buchanan em 1986 e Elinor Ostrom em 2009.

Na macroeconomia, a pesquisa em ciclos político-econômicos também produziu uma crítica importante da ideia de políticos benevolentes. Inicialmente formalizado por Nordhaus (1975), um ciclo político-econômico ocorre quando um governo aumenta gastos em períodos eleitorais; essas políticas aumentam a popularidade do governo incumbente ao transferir renda ao eleitorado, aumentando suas chances de ser reeleito. Após o período, o governo tem que aplicar políticas de austeridade para conter a inflação resultante, até o ciclo começar novamente.

Apesar de haver debates sobre a natureza e existência real dos ciclos político-econômicos (DUBOIS, 2016), eles forneceram um problema conceitual para o planejamento de longo prazo (ACOCCELLA, 2017, p. 668-669). Se o governo pode manipular livremente a economia para se reeleger, ele tem pouco interesse em questões de planejamento de longo prazo. A literatura atual argumenta que a presença desse tipo ciclo depende da cultura política de um país, no sentido que existem chances maiores deles ocorrerem em democracias jovens com eleitorado inexperiente (FRANZESE; JUSKO, 2006).

### 3.3.A ECONOMIA NA DÉCADA DE 1970

Assim como a Grande Depressão, a crise na década de 1970 mudou tanto a teoria econômica quanto a economia. A reação insuficiente dos economistas à crise do petróleo, a queda do sistema Bretton Woods e o fracasso da TPE e do planejamento em geral em desenvolver países periféricos indicou a

exaustão do modelo econômico vigente. As falhas de planejamento criaram o que Albert Hirschman denominou de “síndrome do economista visitante”, onde um *expert*, normalmente de um país central, fora de sintonia com a cultura do país em questão, formulava políticas que tinham pouco a ver com o que o país realmente precisava e poderia realisticamente alcançar (BIANCHI, 2011). A “derrota” anterior dos liberais no debate do cálculo econômico foi revertida. A ideia, proposta por Hayek, de que preços eram sinais e que planejadores não são capazes de capturar toda a informação relevante para alcançar seus valores impossivelmente ótimos (HAYEK, [1945] 1980) se tornou relevante para explicar os problemas de planejamento.

Nesse contexto, os economistas que defendiam uma abordagem *laissez-faire* ficaram mais proeminentes. Entre eles, Milton Friedman foi provavelmente seu representante mais conhecido. Burgin (2012) o considerou o rival mais apropriado de Keynes, já que ambos se tornaram intelectuais públicos. Um dos seus primeiros artigos acadêmicos foi uma resenha crítica do relatório de Tinbergen (FRIEDMAN, 1940). Ele sempre foi crítico desses modelos econométricos. Do seu ponto de vista, “sua teoria monetária era um pequeno Davi que vencia o Golias do sistema keynesiano de várias equações. Seus resultados eram perturbantes aos keynesianos que [...] ficavam propondo estruturas de complexidade cada vez maiores” (EPSTEIN, 1987, p. 126).

De acordo com Burgin (2012, p. 161), a metodologia de Friedman (1953) forneceu uma base teórica para uma teoria *laissez-faire*. Ela contrastou com a base teórica intervencionista da econometria e da TPE. Diferente de Keynes, Friedman atribuiu a “culpa” pela Grande Depressão ao fracasso do FED em manter a oferta de moeda na economia. Assim, houve uma mudança da “culpa” dos mercados para o Estado (FRIEDMAN; SCHWARTZ, 1963). Friedman

ajudou a popularizar o termo “monetarista”, que inicialmente estava relacionado ao controle da oferta de moeda pelo banco central e a um ceticismo em relação à política fiscal, mas foi associado à liberalização e oposição à intervenção estatal. Friedman foi um teórico monetário, mas sua maior conquista para o liberalismo foi o seu papel público. Seu livro e série de televisão *Free to Choose* (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 1980) deram um alcance enorme às suas ideias.

Enquanto isso, a mudança na teoria macroeconômica aconteceria graças a Robert Lucas e os proponentes da hipótese de expectativas racionais. A definição aparentemente simples, mas matematicamente complexa de que os agentes econômicos usam toda a informação disponível, tanto no passado quanto no presente, para fazer seus julgamentos iria mudar a macroeconomia novamente.

As expectativas racionais abriram caminho para a teoria dos ciclos econômicos reais e modelos dinâmico-estocásticos de equilíbrio geral (DSGE). Porém, a relação com a política econômica foi perturbada. Foi proposta a “proposição de ineficácia da política”, onde a intervenção estatal seria neutralizada devido a expectativas racionais (SARGENT; WALLACE, 1975).

De acordo com a proposição, agentes poderiam prever as consequências de uma política econômica anunciada e ajustar suas expectativas conforme isso, eliminando o efeito prática da política. Porém, apesar da proposição, a política econômica ainda é praticada. Alguns autores tentam incorporar as doutrinas das expectativas racionais na pesquisa de política econômica, enquanto que outros tentam formular alternativas (e.g. GOUTSMEDT *et al* 2019). Porém, nesse novo paradigma, a teoria da política econômica se torna mero gerenciamento de algumas variáveis, com pouca menção à intervenção ativa (e.g. SARGENT; WALLACE, 1976). “Esse estado levou a

um crescimento do abismo entre a produção de ciência econômica e a arte da política econômica” (DE VROEY, 2016, p. 306).

#### 4. CONCLUSÃO

Apesar de ser uma disciplina recente, podemos ponderar se a economia passa por ciclos de intervencionismo e liberalismo. Esse artigo tentou fornecer um relato de como isso ocorreu na economia: o intervencionismo uma vez foi visto como uma crença padrão na economia e o liberalismo de mercado livre era considerado uma ideia heterodoxa. A situação se inverteu após a década de 1970, por meio de desenvolvimentos teóricos que criticavam a ação estatal e defendiam um retorno ao *laissez-faire*, tornando-se a norma. Em ambos os casos, a mudança na teoria economia estava relacionada a uma mudança na situação econômica global.

A ideia de tal ciclo foi sugerida por outros autores. W. Arthur Lewis, ganhador do prêmio Nobel memorial de 1979 e John Jewkes, presidente da Sociedade Mont Pèlerin de 1962 a 1964, apesar de serem autores de tratados sobre planejamento econômico, perguntaram a si mesmos se a euforia do planejamento era transitória – se era apenas uma moda (JEWKES, 1950, p. 3), ou parte de um ciclo em que a importância dos poderes estatais na teoria econômica oscilava (LEWIS, 1952, p. 21).

Mudanças na forma que os economistas percebem intervenções estatais aconteceram em outros períodos. Como De Vroey (2016, p. 378) percebeu, nos capítulos conclusivos de sua história da macroeconomia, “programas de pesquisa vêm e vão. Conflitos metodológicos abundam. Existem ‘vencedores’ e ‘perdedores’”. A crise de 2007-2008 foi uma oportunidade como essa, que levou a um enfraquecimento modesto da posição *laissez-faire* (DE VROEY, 2016, p. 387). Devido ao fracasso generalizado em prever a crise, muitos começaram a

questionar os fundamentos da economia *mainstream*, demandando uma revisão de doutrinas centrais, como equilíbrio geral e a relação entre teoria e evidência (e.g. COLANDER *et al*, 2009; KIRMAN, 2010; STIGLITZ, 2011). Porém, Dobusch e Kappeller (2009) argumentaram que a presença de normas restritivas em relação à pesquisa e publicação garantirão que a situação não vai mudar muito e, diferente da época da Grande Depressão, a complexidade maior das redes acadêmicas vai manter a ortodoxia corrente em pé.

Essas oscilações ideológicas demonstram que divergências são parte fundamental da formação de um economista. Como Das *et al* (2019, p. 153-154) escreveram, “é possível para que cada Stigler, que pode ser associado com o apoio ao mercado livre, existe um Stiglitz, cujo trabalho identifica falhas de mercado e conclama intervenção do governo”. Ao contrário do estereótipo de mercado livre, a maioria dos economistas tendem a ser “equilibrados”, preferindo uma mistura de intervenção e liberalismo (KLEIN; STERN, 2007). O que pode ocorrer é que os economistas liberais têm uma influência maior, especialmente em canais midiáticos (VIEIRA; CHIARAMONTE, 2019).

A teoria da política econômica não foi extinta. Pelo contrário, ela absorveu muito das críticas (e.g. ACOCCELLA *et al*, 2016; ACOCCELLA, 2017). Mesmo se Lucas representou uma quebra com a TPE em termos de objetivos, ele ainda enfatizou “modelos quantitativos e matemáticos fechados [...que] permaneciam firmes na tradição mecânica da Frisch e Tinbergen” (HOOVER, 2012, p. 32). Esse artigo identificou uma mudança geral e propôs algumas explicações de como as preferências para ação governamental e de mercado mudam entre os economistas. O estereótipo de economistas liberais tem um grão de verdade, mas não é tão absoluto quanto se imagina e quem sabe se pode mudar no futuro.

---

Todos os autores declararam não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.

---

## REFERÊNCIAS

ACOCCELLA, N. The rise and fall of economic policy as an autonomous discipline: A critical survey. **Journal of Economic Surveys**, v.31, n.3, p.661-677, 2017.

ACOCCELLA, N.; DI BARTOLOMEO, G.; HUGHES HALLET, A. **Macroeconomic Paradigms and Economic Policy: From the Great Depression to the Great Recession**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

ALBERS, G. On connecting socialism and mathematics: Dirk Struik, Jan Burgers, and Jan Tinbergen. **Historia Mathematica**, v.21, p.280-305, 1994.

ARROW, K.J. **Social Choices and Individual Values**. 2<sup>nd</sup> ed. New York: Wiley, [1951] 1963.

ARROW, K.J. A cautious case for socialism. **Social Research Quarterly**, v.45, n.2, p.472-480, 1978.

BACKHOUSE, R.E. Economics. *In*: R.E. BACKHOUSE; P. FONTAINE. (eds.). **The History of Social Sciences since 1945**. Cambridge: Cambridge University Press, p.38-70, 2009.

BARBIERI, F. História do Debate do Cálculo Socialista. São Paulo, SP. **Tese de doutorado**. Universidade de São Paulo – USP, 2004.

BARONE, E. The ministry of production in the collectivist State. *In*: F. A. HAYEK (ed.). **Collectivist Economic Planning**. London: Routledge, p.245-290, [1908] 1935.

BESLEY, T. **Principled Agents? The Political Economy of Good Governance**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

BIANCHI, A.M. Visiting-economists through Hirschman's eyes. **European Journal of History of Economic Thought**, v.18, n.2, p.217-242, 2011.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo**, 5<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BJERVE, P.J. The influence of Ragnar Frisch on macroeconomic planning and policy in Norway. *In*: S. STRØM (ed.). **Econometrics and Economic Theory**

**in the 20th Century: The Ragnar Frisch Centennial Symposium**, Cambridge: Cambridge University Press, p.531-559, 1999.

BOCKMANN, J. **Markets in the Name of Socialism: The Left-Wing Origins of Neoliberalism**. Stanford: Stanford University Press, 2013.

BOETTKE, P.; MARCIANO, A. The past, present and future of Virginia Political Economy. **Public Choice**, v.163, n.1-2, p.53-65, 2015.

BOUMANS, M.J. **How Economists Model the World into Numbers**. New York: Routledge, 2005.

BUCHANAN, J. The pure theory of government finance: A suggested approach. **Journal of Political Economy**, v.57, n.6, p.496-505, 1949.

BUCHANAN, J.; TULLOCK, G. **The Calculus of Consent: Logical Foundations of Constitutional Democracy**. Indianapolis: Liberty Fund, [1962] 1999.

BURGIN, A. **The Great Persuasion: Reinventing the Free Markets since the Depression**. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

COLANDER, D.; GOLDBERG, M.; HAAS, A.; JUSELIUS, K.; KIRMAN, A.; LUX, T.; SLOTH, B. The financial crisis and the systemic failure of the economics profession. **Critical Review**, v.21, n.2-3, p.249-267, 2009.

DAS, A.; HUDSON, I.; HUDSON, M. Was there a transformation in economic ideology between 1960 and 2000? **Studies in Political Economy**, v.100, n.2, p.150-179, 2019.

DEQUECH, D. Some institutions (social norms and conventions) of contemporary mainstream economics, macroeconomics and financial economics. **Cambridge Journal of Economics**, v.41, p.1627-1652, 2017.

DE VROEY, M. **A History of Macroeconomics from Keynes to Lucas and Beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

DHAENE, G.; BARTEN, A.P. When it all began: The 1936 Tinbergen model revisited. **Economic Modelling**, v.6, p.203-219, 1989.

DOBUSCH, L.; KAPELLER, J. Diskutieren und Zitieren: Zur Paradigmatischen Konstellation Aktueller Ökonomischer Theorie. **Intervention**, v.6, n.2, p.145-152, 2009.

DOHERTY, B. 1995. **Best of both worlds: An interview with Milton Friedman**. Disponível em

<https://reason.com/1995/06/01/best-of-both-worlds>.  
Acesso em 19/11/2020.

DOWNS, A. **An Economic Theory of Democracy**. New York: Harper & Row, 1957.

DUARTE, P.G. A contribuição da econometria para o debate macroeconômico. *In*: P.G. DUARTE; S.D. SILBER; J.J.M. GUILHOTO (eds.). **O Brasil e a Ciência Econômica em Debate: O Estado da Arte em Economia**. São Paulo: Saraiva, v.2, p.229-251, 2011.

DUBOIS, E. Political business cycles 40 years after Nordhaus. **Public Choice**, v.166, n.1, p.235-259, 2016.

DUPONT-KIEFFER, A. Ragnar Frisch's "Circulation planning": An attempt at modelling general equilibrium. **Economia**, v.2, n.3, p.281-303, 2012.

DURBIN, E.F.M. **Problems of Economic Planning: Papers on Planning and Economics**. London, Routledge & Paul, 1949.

EPSTEIN, R.J. **A History of Econometrics**. Amsterdam: North Holland, 1987.

FERREIRA, C.R.B. É possível a escolha social? um estudo sobre o paradoxo de Arrow e a eleição de preferências em regimes democráticos. **Argumentos**, v.7, n.14, p. 127-137, 2015.

FRANZESE, R.J., Jr.; JUSKO, K.L. 2006. Political-economic cycles. *In*: B.R. WEINGAST; D.A. WITTMAN (eds.). **The Oxford Handbook of Political Economy**. Oxford: Oxford University Press, p.545-564.

FRIEDMAN, M. Statistics and its methods. **American Economic Review**, v.30, n.3, p.657-660, 1940.

FRIEDMAN, M. The methodology of positive economics. *In*: FRIEDMAN, M. (ed.). **Essays in Positive Economics**. Chicago: University of Chicago Press, p.3-43, [1953] 1966.

FRIEDMAN, M.; SCHWARTZ, A.J. **A Monetary History of the United States: 1867-1960**. Princeton: Princeton University Press, 1963.

FRIEDMAN, M.; FRIEDMAN, R. **Free to Choose: A Personal Statement**. New York: Harcourt, 1980.

FRISCH, R. Circulation planning: Proposal for a national organization of a commodity and service exchange. **Econometrica**, v.2, n.3, p.258-336, 1934.

FRISCH, R. **A Memorandum on Price-Wage-Tax-Subsidy Policies as Instruments in Maintaining**

**Optimal Employment**. U.N. Document, E/CN.1/Sub 2, 1949.

FRISCH, R. Co-operation between politicians and econometricians on the formalization of economic preferences. *In*: F. LONG (ed.). **Economic Planning Studies: Collected Essays by Ragnar Frisch**. Dordrecht: Reidel, p.41-86, [1971] 1976.

GOUTSMEDT, A.; PINZÓN-FUCHS, E.; RENAULT, M.; SERGI, F. Reacting to the Lucas Critique: The Keynesians' replies. **History of Political Economy**, v.51, n.3, p.535-556, 2019.

HANSEN, A.H. **Economic Policy and Full Employment**. New York: MacGraw Hill, 1947.

HARRIS, S.E. **Economic Planning: The Plans of Fourteen Countries with Analyses of the Plans**. New York: Alfred A. Knopf, 1949.

HAYEK, F.A. The use of knowledge in society. *In*: F.A. HAYEK (org.). **Individualism and Economic Order**. Chicago: The University of Chicago Press, p.77-91, [1945] 1980.

HICKS, J. R. Mr. Keynes and the "Classics": A suggested interpretation. **Econometrica**, v.5, n.2, p.147-159, 1937.

HOOVER, K. D. Man and machine in macroeconomics. **Cahiers d'économie politique/Papers in Political Economy**, v.2, p.15-34, 2014.

HUGHES HALLET, A.J. Econometrics and the theory of economic policy: The Tinbergen-Theil contributions 40 years on. **Oxford Economic Papers**, v.41, n.1, p.189-214, 1989.

JOLINK, A. Jan Tinbergen's statistical contribution to economic policy. **Statistica Neerlandica**, v.63, n.4, p.385-399, 2009.

KAHN, R.F. The relation of home investment to unemployment. **Economic Journal**, v.41, n.162, p.173-198, 1931.

KEECH, W.R.; MUNGER, M.C. The anatomy of government failure. **Public Choice**, v.164, n.1, p.1-42, 2016.

KEYNES, J.M. **The Economic Consequences of Peace**. New York: Harcourt, Brace and Howe, 1920.

KEYNES, J.M. **Essays in Persuasion**. London: Macmillian, 1932.

- KEYNES, J.M. **The General Theory of Employment, Interest, and Money**. Adelaide: Ebooks@Adelaide, [1936] 2010.
- KIRMAN, A. The economic crisis is a crisis for economic theory. **CESifo Economic Studies**, v.56, n.4, p.498-535, 2010.
- KLEIN, L.R. The use of econometric models as a guide to economic policy. **Econometrica**, v.15, p.108-131, 1947.
- KLEIN, L.R. **The Keynesian Revolution**. 2<sup>nd</sup> ed. London: Macmillan, [1949] 1966.
- KLEIN, D.B.; Stern, C. Is there a free-market economist in the house? The policy views of American Economic Association members. **American Journal of Economics and Sociology**, v.66, n.2, p.309-334, 2007.
- LANGE, O. On the economic theory of socialism: Part one. **Review of Economic Studies**, v.4, n.1, p.53-71, 1936.
- LONG, F. Ragnar Frisch: Econometrics and political economy of planning. **American Journal of Economics and Sociology**, v.38, n.2, p.141-153, 1979.
- LOUÇÃ, F. **The Years of High Econometrics: A Short History of the Generation that Reinvented Economics**. London: Routledge, 2007.
- MACLEAN, I. The strange history of social choice, and the contribution of the Public Choice Society to its fifth revival. **Public Choice**, v.163, p.153-165, 2015.
- MAGNUS, J.R.; Morgan, M.S. The ET interview: Professor J. Tinbergen. **Econometric Theory**, v.3, p.117-142, 1987.
- MEDEMA, S.G. Public choice and the notion of creative communities. **History of Political Economy**, v.43, n.1, p.225-246, 2011.
- MISES, L. von. **Economic Calculation in the Socialist Commonwealth**. Translated by S. Adler. Auburn: Mises Institute, [1920] 1990.
- MORGAN, M.S. **The History of Econometric Ideas**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- MORGAN, M.S.; Rutherford, M. American economics: The character of transformation. **History of Political Economy**, v.30(supplement), p.1-26, 1998.
- NORDHAUS, W.D. The political business cycle. **Review of Economic Studies**, v.42, n.2, p.169-190, 1975.
- OLSON, M. **The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups**. Cambridge: Harvard University Press, 1965.
- REINHOUT, J.; AUDIER, S. **The Walter Lippman Colloquium: The Birth of Neo-Liberalism**. Berlin: Springer, 2018.
- ROLL, E. **The World After Keynes: An Examination of the Economic Order**. London: Pall Mall Press, 1968.
- RUTHERFORD, M. American Institutional Economics in the Interwar Period. In: W.J. SAMUELS; J.E. BIDDLE; J.B. DAVIS (eds.). **A Companion to the History of Economic Thought**. Oxford: Blackwell, p.36-373, 2003.
- SARGENT, T.J. Rational expectations and the theory of economic policy. **Journal of Monetary Economics**, v.2, p.169-183, 1976.
- SARGENT, T.J.; WALLACE, N. "Rational" expectations, the optimal monetary instrument, and the optimal money supply rule. **Journal of Political Economy**, v.83, n.2, p.241-254, 1976.
- STIGLER, G. The politics of political economists. **Quarterly Journal of Economics**, v.73, n.4, p.522-532, 1959.
- STIGLITZ, J. Rethinking macroeconomics: What failed, and how to repair it. **Journal of the European Economic Association**, v.9, n.4, p.591-645, 2011.
- TANZI, V. **Governments Versus Markets: The Changing Role of the State**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- THEIL, H. **Applied Economic Forecasting**. Amsterdam: North-Holland, 1966.
- TINBERGEN, J. An Economic Policy for 1936. In: L. KLAASEN; L.M. KOYCK; H.J. WITTEVEEN (eds.). **Jan Tinbergen: Selected Papers**. Amsterdam: North Holland, p. 36-84, [1936] 1959.
- TINBERGEN, J. **Statistical Testing of Business-Cycle Theories: A Method and its Application to Investment Activity**. Geneva: League of Nations, 1939.
- TINBERGEN, J. Central planning in the Netherlands. **Review of Economic Studies**, v.15, n.2, p.70-77, 1947.

TINBERGEN, J. **On the Theory of Economic Policy**. Amsterdam: North-Holland, 1952.

TINBERGEN, J. **Economic Policy: Principles and Design**. Amsterdam: North-Holland, 1956.

TINBERGEN, J. **Planificación del Desarrollo**. New York: Guadamarra, 1967.

TINBERGEN, J. The functioning of economic research. **Journal of Economic Issues**, v.25, n.1, p.33-38, 1991.

UNITED NATIONS. **Planning for Economic Development: Report of the Secretary-General Transmitting the Study of a Group of Experts**. New York: UN, 1963.

VELLUPILAI, K.V. Towards a political economy of the theory of economic policy. **Cambridge Journal of Economics**, v.38, p.1329-1338, 2013.

VIEIRA, A.M.; CHIARAMONTE, A.R. Os economistas-colunistas no debate sobre as reformas no Brasil. **Estudos Sociológicos**, v.24, n.47, p.137-170, 2019.

WEINTRAUB, E.R. McCarthyism and the mathematization of economics. **Journal of the History of Economic Thought**, v.39, n.4, p.571-597, 2017.

WHITE, L.H. Did Hayek and Robbins deepen the Great Depression? **Journal of Money, Credit and Banking**, v.40, n.4, p.751-768, 2008.